

POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS CASOS NO BRASIL E CHILE*

NEO-LIBERAL POLITICS IN LATIN AMERICA: A COMPARATIVE ANALYSIS OF THE CASES IN BRAZIL AND IN CHILE

Elias David Morales Martinez (UFABC)
david.morales@ufabc.edu.br

Thays Felipe de Oliveira (UFPB)
thaysfelipe@gmail.com

Resumo: A década de 1980 foi extremamente problemática para a América Latina por causa da crise da dívida externa. Em 1989, alguns estadistas governantes da região foram conclamados para o Consenso de Washington, na tentativa de solucionar o problema existente. A principal pauta daquela reunião consistia em tentar encontrar quais eram as políticas econômicas necessárias para superar a crise. Assim, foi criado um receituário que designava as medidas fiscais e de ajuste necessárias para suas economias saírem do retrocesso. A ideia fundamental era a liberalização do mercado e desta forma, o modelo neoliberal começou a ser implementado. É sabido que o Neoliberalismo teve sua gênese nos países desenvolvidos e que tinha como objetivo fazer com que as ideias keynesianas fossem deixadas para trás. Assim, essas políticas foram inseridas a princípio nos estados da América Latina. Pretende-se dessa forma analisar a implementação de políticas neoliberais no Brasil e no Chile, pelo fato de serem os países que implementaram o modelo neoliberal em primeiro e último lugar na região latino-americana. Para tanto, serão contemplados vários aspectos socioeconômicos destes países que influenciaram a decisão de incursionar nesse modelo econômico e suas experiências durante a vigência dele.

Palavras-Chave: Neoliberalismo. Brasil. Chile. Consenso de Washington.

Abstract: The 80's were extremely problematic for many countries of Latin America because of the debt crisis. In 1989, the statesmen of this continent were called upon to the Washington Consensus in an attempt to solve the existing problem. The main Agenda of that meeting was to find the necessary economic policies to overcome the crisis. In this sense, a prescription was created designating the necessary measures for their economies, leaving the setback. The fundamental idea was the market liberalisation. Hence, the Neo-liberal model began to be implemented in Latin American countries. It is known that Neo-liberalism had its genesis in developed countries and aimed to abandon the Keynesian ideas. At first, these policies were implemented in Latin America. Therefore, the aim of this study is to analyse the implementation of neo-liberal policies in Brazil and Chile. It will take into account some socio-economic aspects before, during and after the Neo-liberalism model.

Key-Words: Neo-liberalism. Brazil. Chile. Washington Consensus.

Recebido: 22/07/2015

Aprovado: 16/11/2015

Introdução

De acordo com Cerro (2007), desde o século XIX até a crise de 1929, na América Latina foi utilizado o paradigma liberal-conservador, seguido posteriormente pelo modelo

* Esta pesquisa contou com o apoio financeiro do CNPq/CAPES.

desenvolvimentista que a partir da década de 1930 norteou o comportamento estatal da maioria dos países da região até o final da década de 1980. O modelo neoliberal, que surgiu nos anos 1990, estaria em vigência no continente latino-americano até meados de 2002. Por fim, o atual paradigma de desenvolvimento seria o chamado modelo logístico, que é utilizado pelos governantes atuais de orientação progressista. Nessa ordem de ideias, pretende-se analisar o paradigma neoliberal no seu perdurar na década de 1990, com foco no Chile e no Brasil, pois foram estes países que iniciaram e concluíram, respectivamente, a implementação do modelo na América do Sul.

O Estado desenvolvimentista foi abandonado a favor do paradigma neoliberal, pois, no perdurar da década de 1980 os Estados latinos passaram por problemas de instabilidade monetária e de inflação. Assim, após o período que procedeu à Guerra Fria, surgiu o neoliberalismo. As características intrínsecas a este paradigma são a redemocratização dos países que estiveram sob regimes autoritários, uma nova relevância dos Direitos Humanos nas políticas públicas internas e o liberalismo econômico contemplado na abertura do comércio local ao global. Desta forma, houve uma substituição da visão centro e periferia, que era defendida pelo paradigma desenvolvimentista, para um mundo mais unificado pelo capitalismo. Segundo Cerro (2007) o neoliberalismo leva consigo três características essenciais: a primeira seria eliminar o estado desenvolvimentista interventor; a segunda seria a abertura do mercado e do sistema produtivo; e por fim, abandonar o estado de bem-estar social, isto é, promover apenas a oportunidade competitiva aos indivíduos.

Desta forma, o neoliberalismo é um tema de suma importância para se entender e compreender as relações internacionais dos anos 1990, principalmente no contexto latino-americano, uma vez que foi nesta região onde teve impactos profundos no modelo de desenvolvimento econômico e industrial e sua nova inserção internacional no início do pós-Guerra Fria. Já no que tange as relações econômicas, e com o propósito de delimitação metodológica, serão analisados dados sobre o PIB, a inflação e o desemprego dos estados supracitados, no período de dez anos antes do Consenso de Washington e dez anos depois deste.

O presente artigo está estruturado a partir do início do neoliberalismo, com um singelo resumo histórico e suas definições mais aceitas no meio acadêmico. Na sequência, será analisada a inserção dessas políticas nos estados latino-americanos, ou seja, o artigo abordará o impacto da política neoliberal e suas implantações na região. Contudo, de maneira aleatória será analisada a economia brasileira porque o Brasil era

considerado um país que despontava na economia regional, além de ter sido o último estado latino-americano a implantar as políticas citadas. Já o estado chileno foi escolhido por ter sido o primeiro estado da América Latina a implementar tais políticas, e no qual esse modelo econômico teve mais sucesso comparado aos outros países da região.

No Brasil, o surgimento do neoliberalismo se dá nos governos de Collor de Mello (1990-1992) e de Itamar Franco (1992-1994), porém o período de consolidação desse modelo ocorreu com o presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Assim, nesse período afirma-se que o estado sacrificou a sua autonomia da política exterior para seguir o que fora proposto pelo Consenso de Washington. Contudo, para que essa análise comparativa seja feita de maneira completa, conforme a metodologia proposta, serão analisados também os governos de João Baptista de Figueiredo (1979-1985) e José Sarney (1985-1990).

Já no Estado chileno, foi implementado o paradigma neoliberal após o golpe militar de Pinochet em 1973. Será analisado tanto o governo de Augusto Pinochet a partir de 1979 até 1989, e após o Consenso de Washington, assim como o governo de Patricio Aylwin Azócar (1990-1994), que procurava fazer com que o Chile se reinserisse no cenário internacional e, por fim, o de Eduardo Frei Ruiz (1994-2000), que tinha como objetivo a diplomacia para o desenvolvimento.

Nesse contexto, serão levadas em consideração as condições socioeconômicas anteriores à reforma neoliberal, as suas condições de implantação e, por fim, os seus impactos no desenvolvimento em cada estado selecionados nesta pesquisa.

1. O Modelo do Neoliberalismo

Ao utilizar o prefixo “neo” se faz referência à aplicação dos preceitos liberais existentes em um contexto histórico diverso da sua primeira versão. Sendo assim, não se trata de uma nova variante do liberalismo, mas sim de uma modernização daquelas ideias. Fernandes (1995) divide esta corrente em duas vertentes. A primeira seria uma visão ideológica original, que derivou diretamente de Hayek e do monetarismo de Friedman e Von Mises. Essa é a versão mais dura, pois pretendia uma subordinação incondicional ao mercado e execrava qualquer tipo de intervenção estatal na sociedade e na economia. Mas, essa versão pura neoliberal não foi aplicada em nenhum lugar, nem mesmo no Chile. Contudo, a versão mais dura fez surgir uma mais matizada e flexível, que foi se impondo como hegemonia ideológica em várias partes do mundo.

Anderson (1995), ao analisar o neoliberalismo como corrente diferente da versão

do século XIX, estabelece que

Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo a sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. Eis aí algo muito mais parecido com o movimento comunista de ontem do que ao liberalismo eclético e distendido do século passado (ANDERSON, 1995, p. 22)

Pode-se dizer que essa nova versão tem como base a desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira, o que faz com que haja um esgotamento da matriz estadocêntrica e, por conseguinte, uma redução do papel estatal nos diferentes âmbitos sociais. Destaca-se outra característica dessa vertente, que é a desqualificação da política, que se rege por várias determinações, exceto a da “mão invisível” de Adam Smith. Ou seja, há uma tendência de centralização do Executivo em detrimento do Legislativo. Essa versão foi a que terminou se impondo fortalecida pela nova globalização econômica da década de 1990.

2. Neoliberalismo na América Latina

No início dos anos 1990, os estados latinos tiveram um crescimento considerável. Este fato ocorreu porque houve uma expressiva abertura de mercado, incentivando assim a concorrência externa e interna. Nesse período, a América Latina reduziu a inflação que nos anos 1980 era exacerbada. O Brasil foi o último país a reduzi-la com o Plano Real em 1994. Segundo Benecke e Nascimento (2003), a grande maioria desses Estados duplicou suas exportações, contudo, Brasil, Colômbia e Equador as reduziram em comparação com os anos 1980.

De acordo com Ditticio (2007), inicialmente o neoliberalismo nasceu nos estados desenvolvidos do hemisfério norte, com foco principal nos EUA e no Reino Unido. O modelo surgiu como uma pugna ao modelo do Bem-estar social e ao Keynesianismo. Sabe-se que o neoliberalismo implementado na América Latina foi uma consequência da crise da década de 1980, por isso, de acordo com Bresser (2006), a crise desse período foi relacionada com a dívida externa dos países latino-americanos, os quais tentaram controlar a inflação, porém, falharam nas suas políticas e nos seus compromissos de pagamento aos credores externos. Ou seja, foi um verdadeiro fracasso ao tentar promover a estabilidade macroeconômica e o desenvolvimento.

Concomitantemente, o combate neoliberal nesse hemisfério foi em relação aos

orientandos da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), que pregavam o nacionalismo e o desenvolvimentismo. Tinha por objetivo combater os vícios decorrentes das políticas sociais, das regulamentações trabalhistas e do estado protecionista e industrializante. Além disso, contemplava o aprofundamento do conflito ideológico que marginalizava o avanço de governos mais progressistas e seguidores do comunismo e do socialismo.

De acordo com Naim (2000), delegados dos diferentes países da América Latina se reuniram na capital americana, em 1989, no *International Institute for Economy*, com funcionários do governo dos EUA, dos organismos internacionais e economistas latino-americanos para discutir um conjunto de reformas essenciais para que a América Latina superasse a crise econômica e retomasse o caminho do crescimento. O diagnóstico era tenebroso: dívida externa elevada, estagnação econômica, inflação crescente, recessão e desemprego. As conclusões desse encontro passaram a ser denominadas formalmente como o Consenso de Washington. O Consenso representava uma corrente de pensamento na defesa de um conjunto de medidas técnicas em favor da economia de mercado que visavam, em tese, à recuperação econômica dos países latino-americanos.

Na visão de Bandeira (2002, p. 135) o economista norte-americano John Williamson foi quem aproveitou a oportunidade do exitoso encontro em Washington para apresentar o documento no qual constavam dez propostas de reformas econômicas que emergiram durante o Consenso para o continente em recessão. Enfim, as sugestões visavam à estabilização monetária e ao restabelecimento das leis de mercado e consistiam em: 1- criar mecanismos para garantir maior disciplina fiscal; 2- estabelecer mudanças das prioridades no gasto público; 3- implementar uma reforma tributária; 4- praticar taxas de juros positivas; 5- manter taxas de câmbio de acordo com as leis do mercado; 6- criar mecanismos para garantir maior liberalização do comércio; 7- garantir o fim das restrições aos investimentos estrangeiros; 8- implementar gradualmente um esquema de privatização das empresas estatais; 9- fomentar a desregulamentação das atividades econômicas e, 10- garantir os direitos de propriedade intelectual.

A questão fundamental da ingerência do Consenso de Washington nas políticas macroeconômicas e fiscais dos países latino-americanos estava fundamentada no fato de que a implementação de algumas dessas medidas, principalmente a privatização das empresas estatais, a desregulamentação da economia e a liberalização unilateral do comércio exterior, eram as condições fundamentais para que houvesse uma renegociação da dívida dos países. Só assim receberiam recursos das agências financeiras

internacionais. Isto permitiu que a região ficasse dependente do BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento) e/ou do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para execução de políticas públicas que foram impossíveis de implementar durante a década de 1980. Portanto, conforme Bandeira (2002) argumenta que

[o] receituário, celebrizado como o *Washington Consensus*, resumia-se na recomendação de que o Estado se retirasse da economia, quer como empresário quer como regulador das transações domésticas e internacionais, a fim de que toda a América Latina se submetesse às forças do mercado, o que viabilizaria ulteriormente a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), do Canadá à Terra do Fogo, tal como proposta pelo Presidente George Bush, com o lançamento em 1990 de *The Enterprise for the Americas Initiative* (BANDEIRA, 2002, p. 136)

Vale salientar, contudo, que o primeiro país da América Latina a implementar o neoliberalismo foi o Chile, no início do governo do General Augusto Pinochet (1915-2006), no ano de 1973. A Argentina seguiu o exemplo no governo do também General Jorge Videla (1925-2013), em 1976. Já o Brasil foi o último país da América do Sul a aderir. Foi somente no início do governo Collor de Mello, em 1990, que se deram os primeiros passos para a implantação das novas doutrinas que reduziriam o papel do Estado a uma mínima parcela de ação social, e favoreceriam processos de privatizações e os interesses de uma abertura comercial progressiva.

Com a implementação do modelo neoliberal na região, esperava-se que os países possuíssem uma mão de obra barata e assim pudessem encontrar uma forma de inserção internacional na nova era da globalização que emergia nos anos de 1990. Contudo, na visão de Bresser (2006), aconteceu o contrário, uma vez que houve uma reação muito forte à ortodoxia convencional por parte das economias regionais, isto é, ao conjunto de diagnósticos, recomendações e pressões feitos pelos organismos internacionais. Mesmo que a América Latina tenha demonstrado maior coerência “ [...] dentre todas as regiões do mundo na adoção do consenso neoliberal, não houve uniformidade na intensidade e nos ritmos das reformas internas requeridas [...]” (CERVO, 2007, p. 215).

Com a perda da aceitação da teoria da dependência, como proposta latino-americana para o entendimento do subdesenvolvimento regional, a globalização e a privatização exigiram uma relação mais aberta com os capitalistas. Alguns presidentes da América Latina se destacaram com o seu posicionamento neoliberal, como Carlos Saúl

Menem, na Argentina; Frei Ruiz e Patricio Aylwin, no Chile; e Fernando Henrique Cardoso, no Brasil. Vale salientar que “[...] mais surpreendentes foram os casos dos presidentes Aylwin e Cardoso, ambos personalidades conhecidas anteriormente por sua visão humanista e, *cum grano salis*, uma atitude anticapitalista” (BENECKE e NASCIMENTO, 2003, p. 27).

3. Brasil e o Neoliberalismo

As condições anteriores à implementação das políticas neoliberais no Brasil podem ser analisadas a partir dos anos 1980, quando predominava a discussão em relação à ampliação dos direitos e à expansão dos movimentos sociais em torno da redemocratização. Igualmente, era necessário estabelecer uma estrutura econômica sólida, por isso houve várias tentativas para atingir uma sólida estabilização da economia nacional. O Brasil convivia com alto índice inflacionário, o que o país só conseguiu controlar por meio do Plano Real em 1993 e 1994.

Por isso, paralelamente ao processo de incorporação do modelo neoliberal durante a década de 1990, há uma predominância de temas, como a estabilização econômica e o combate à inflação, ambos necessários para o bom desempenho do novo paradigma que se vinha implementando em toda a América Latina. Já com relação à abertura comercial, processo iniciado no governo Fernando Collor e as reformas praticadas entre os anos 1993 e 1994, a partir do início do Plano Real, contou com um significativo apoio da população, o que ajudou a resolver os problemas hiper-inflacionários dos quais padecia a economia brasileira.

No que tange às condições sociais anteriores à reforma neoliberal, o Brasil pode-se enquadrar no tipo “Regime Dual”, conforme argumenta Ditticio (2007, p. 98). Esse modelo induzia a uma heterogeneidade territorial, pois alguns países da região tinham um alto grau de proteção enquanto outros tinham quase nenhum segmento incorporado, deixando a grande maioria da população desprotegida. Esse tipo de sistema amortizou a estratificação social tão somente dentro dos setores protegidos e, assim, acabou aumentando a separação entre os protegidos e desprotegidos.

Foi ao longo dos anos 1990 que o Brasil abriu a sua economia para o mercado mundial. De acordo com Ribeiro e Oliveira (2006), nesse mesmo período entrou em vigor a redução de alíquotas de importação, tendo em vista uma maior liberalização do comércio exterior, assim, a principal modificação foi em relação aos regimes de importação.

Após as eleições de 1989, Fernando Collor de Mello ascendeu ao poder em conjunto com a política neoliberal. As medidas apresentadas pelo novo presidente, as quais supostamente salvariam a sociedade brasileira, não se concretizaram. O que houve foi um rompimento com o crescimento econômico vigente que era baseado na intervenção estatal na economia.

Os planos de estabilização Collor I (1990) e Collor II (1991) não conseguiram dar conta do nível de inflação mesmo fazendo baixá-la de 80% para 10% ao mês. Entretanto, uma profunda estagnação na economia foi se consolidando, fazendo com que houvesse queda de salários e aumento do desemprego. Enfim, por diversas razões, incluídos escândalos políticos e financeiros, Collor sofreu um *impeachment*.

Sendo assim, Itamar Franco assumiu o poder, mas com um ritmo econômico menos intenso do que Collor. Apesar de se manter a intensa inflação, houve um significativo crescimento em 1993 e 1994 com o lançamento do Plano Real. Esse plano conseguiu promover uma queda de 5% na inflação mensal, o que contribuiu expressivamente para a recuperação da economia e das finanças nacionais.

A era neoliberal no Brasil ganhou força com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, que justificava a implementação desse modelo para manter o desenvolvimento e a estabilidade monetária. Isso fica nítido, pois o PIB expandiu no último trimestre de 1994 de forma expressiva, deixando mais tranquilos os investidores externos. Sabe-se que o controle da inflação estava difícil entre 1994 e 1995. Mas, o governo tomou medidas que, no segundo semestre desse ano, já levaram a uma queda na média mensal da inflação, facilitando o seu controle nos próximos anos. No entanto, em 1997, houve a crise asiática e consequente aumento nas as taxas de juros, que atingiram a marca de 45% ao ano, sendo que

[p]ara sustentar a taxa de câmbio, o governo consumiu, naquela ocasião, US\$ 10 bilhões de reservas de divisas, mesmo com a manutenção de altíssimas taxas de juros. Como resultado, cresceu em 276% em termos reais a dívida interna sob a responsabilidade do governo federal quando comparada com a final de 1993 (DITTICIO, 2007, p. 211).

Essa política recessiva provocou uma queda no PIB em 0,2%. Mantendo o câmbio valorizado, a inflação foi contida e chegou a 2,5% anuais. Ditticio (2007) faz uma comparação entre o crescimento do PIB antes do real e pós real. No período anterior ao real, o PIB cresceu 1,3%, e após a criação da nova moeda, cresceu 2,7%.

Finalizando, ao analisar o neoliberalismo no Brasil, Anderson (1995) argumenta

que tal modelo possui duas facetas: “a primeira é a mais evidente, pois, enquanto a economia se recupera, o social piora” (ANDERSON, 1995, p.26). Já a segunda é o enfraquecimento da capacidade de luta opositora e compreende dois movimentos, o primeiro seria o ataque às bases da esperança coletiva, por meio da amnésia brasileira, e o segundo, pela instauração do medo da mudança, ou seja, o medo do novo, daquilo que é para ser experimentado. Isso acaba demarcando o atraso cultural, o preconceito, e a rejeição pelas políticas sociais progressistas, em outras palavras, pelo bem-estar do povo (ANDERSON, 1995, p 27).

Concluindo, a experiência do neoliberalismo no Brasil pode ser resumida nas palavras de Anderson (1995):

Temos o costume de avacalhar nossas próprias experiências, posto que há sempre, em cada um de nós, esse complexo de inferioridade que nos foi injetado por um trabalho ideológico de longa duração. Por isso, como somos tentados a rir antes que a refletir, o neoliberalismo brasileiro é avacalhado, também ironicamente, com o que diminuímos sua dose de letalidade (ANDERSON, 1995, p. 24)

4. Chile e o Neoliberalismo

As reformas neoliberais que ocorreram no Chile foram implantadas no ano de 1973, após o golpe militar, pois o pano de fundo era a debilidade das forças de oposição, sindicatos e organizações sociais. No entanto, o Chile teve uma crise econômica no início da década de 1980, provocada pelo descontrole do sistema financeiro nacional.

Com relação às condições sociais anteriores às reformas neoliberais, foi implementado um sistema de proteção do tipo “Universalismo Estratificado”, o qual se caracterizava por possuir um sistema de seguro social forte, com uma classificação e distribuição de benefícios, de condições de acesso e de grau de proteção. Sendo assim, a estratificação dos serviços acabava amortizando a divisão social, e isso permitia que o país apresentasse níveis de vida mais elevados do que países com PIB's *per capita* semelhantes.

A primeira ação do General Augusto Pinochet ao assumir o poder em 1973 foi a estabilização socioeconômica, com o intuito de fortalecer as estruturas produtivas do país para que, numa segunda fase, fossem desenvolvidas as estruturas necessárias para implementar um processo de acumulação capitalista de cunho ortodoxo. Nos primeiros meses de governo houve uma alta no preço do cobre, o que acabou compensando o preço do petróleo que estava em declínio. Isso fez com que o PIB crescesse 5 %. Em 1974,

houve uma queda na inflação de 370%, mas o PIB caiu 4,94% (DITTICIO, 2007). Contudo, o neoliberalismo de fato iniciou em 1975, quando o governo decidiu modificar o modelo econômico que era implementado anteriormente. Por ter uma enorme proximidade com os *Chicago Boys*, foi elaborado um documento, conhecido como *El Ladrillo*, no qual se estabelecia um mapa de rota para que General Pinochet seguisse com as reformas ortodoxas da economia. Esse plano contemplava, entre outras medidas, o início das privatizações para reduzir o papel estatal; o reforço na segurança jurídica para garantir viabilidade normativa pelas reformas que estavam por vir; o estabelecimento de novas regras para garantir a manutenção do capital dos investidores; e por fim, a tão almejada abertura comercial.

De acordo com os dados da CEPAL (2009), o plano foi adotado e tinha como finalidade combater a inflação que estava em índices elevados. No entanto, após um ano de implantação, o PIB caiu 12,9% e a produção industrial caiu 28%. Houve uma duplicação no desemprego, de 9,17% para 17,6%. Ditticio (2007) afirma que na metade de 1977, o panorama da economia chilena começava a mudar, apresentando uma diminuição da inflação de 63,5% em 1977 para 30,3% no ano seguinte.

A reforma financeira ocorreu em 1975 com a volta da privatização de bancos, a liberalização das taxa de juros e a desregulamentação do crédito e dos prazos para os empréstimos e financiamentos. Mas a reforma tributária teve um caráter regressivo e depois foi complementada. Em suma, a recessão de 1975 fez o PIB cair 11,3%, mas depois voltou a crescer entre 1977 e 1980. Durante o período de 1978 a 1981, o PIB cresceu, em média, por ano, 2,5%. Portanto, o ponto de inflexão histórica no Chile não foi em 1973, mas sim na crise de 1980, quando houve uma mistura de medidas intervencionistas com políticas liberais. Essa crise acabou forçando o governo a estatizar o sistema bancário, contudo, logo após a crise, este voltou a ser privatizado (DITTICIO, 2007)

Segundo dados da CEPAL (2009), entre 1982 e 1989, o PIB chileno teve uma taxa de crescimento anual de 2,8%. Diferentemente do período anterior, o cobre passou a ser mais exportado e houve um significativo crescimento agropecuário, sendo este o setor que mais cresceu. Já nos anos 1990, a democracia voltou ao estado chileno. Neste período, registrou-se crescimento do PIB a 9,2%. Contudo, os governos mantiveram a ideia de internacionalização da economia. Entre 1990 e 1995 o Produto Interno Bruto cresceu mais de 7%, sem pressionar as taxas de inflação do país.

Conclusão

No desenvolvimento dos argumentos, constatou-se a existência de vários impactos que afetaram diretamente o Brasil e o Chile durante o período neoliberal. Mas, o principal deles está relacionado com o setor econômico, mesmo sabendo que estes acabam influenciando diretamente ou não as políticas sociais.

No impacto econômico, mesmo apresentando contextos sociais diferentes, ambos os países chegaram ao final da década de 1990 com níveis parecidos de reforma econômica. A evolução no Produto Interno Bruto ficou instável, pois ambos os países foram bastante influenciados pelas crises internacionais. Após a análise dos dados ficou nítido que o Brasil foi o país que obteve o pior desempenho, já que cresceu apenas 5% entre 1993 e 1995. Já em relação à dívida externa, houve crescimento igual nos dois países, ou seja, a dívida cresceu três vezes mais. No entanto, houve um singelo aumento nas exportações, destacando-se o setor agropecuário, que foi o que mais contribuiu no crescimento desse item.

Enquanto o Chile apresentou um crescimento econômico expressivo no perdurar da década de 1990, chegando a ser considerado um grande exemplo para os países latinos, não apresentou os mesmos resultados com relação à diminuição da desigualdade social. Igualmente, o Brasil nesse quesito não conseguiu bons resultados.

De forma geral, pode-se afirmar que as medidas neoliberais naquele momento para os países da América Latina foram algo interessante, pois os auxiliaram a sair da crise econômica que enfrentavam desde a década de 1980. Entretanto, vale salientar que este paradigma foi adotado como um guia orientador das decisões e atuações dos Estados e agentes políticos daquele período, já que esse receituário amenizou os problemas financeiros e sociais.

Referências

ANDERSON, Perry (1995). Balanço do Neoliberalismo. *In* SADER, E.; GENTILI, P. **Pós neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado Democrático**. São Paulo: Editora Paz e Terra.

BANDEIRA, L. (2002). As políticas Liberais e a crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 45 (2): 135-46. Publicado em [<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n2/a07v45n2.pdf>] . Disponibilidade: 10/07/2015.

BENECKE, D.; NASCIMENTO, R (2003). O Consenso de Washington Revisado. **Cadernos Adenauer**, ano IV (2), publicado em [<http://www.kas.de/brasilien/pt/pages/6508/>]. Disponibilidade: 20/06/2015.

BRESSER-PEREIRA, L. (2006). O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, 20 (3): 5-24, jul./set. Publicado em [<http://www.seade.gov.br>]. Disponibilidade: 20/06/2015.

CEPAL- Comisión Económica para América Latina y el Caribe (2009). **Series Históricas de Estadísticas Económicas de América Latina y el Caribe 1950-2008**. Santiago: Impresiones de las Naciones Unidas – CEPAL, publicado em [<http://www.cepal.org/es/publicaciones/4315-america-latina-y-el-caribe-series-historicas-de-estadisticas-economicas-1950-2008>]. Disponibilidade: 21/07/2015.

CERVO, Amado (2007). **Relações Internacionais da América Latina: Velhos e Novos Paradigmas**. São Paulo: Editora Saraiva.

DITTICIO, Claudio (2007). **Experiências Neoliberais Brasil, Argentina, Chile e México**. Dissertação de Mestrado em Economia Política, apresentada a Universidade Pontifícia de São Paulo. (Orientador: Júlio Manoel Pires).

FERNANDES, Luis (1995). Neoliberalismo e reestruturação capitalista. In SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Semocrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HAYEK, Friedrich (1977). **O Caminho da Servidão**. Rio de Janeiro: Editora Globo.

MARTINS, C. (2005) Neoliberalismo e Desenvolvimento na América Latina. In REYNO, J. (org.) **La Economía Mundial y América Latina: Tendencias, Problemas y Desafíos**. Buenos Aires: CLACSO Editora, 139 – 67.

NAIM, Moisés (2000). O Consenso de Washington ou a Confusão de Washington. **Revista Brasileira de Comercio Exterior**, 64, Julho-setembro, publicado em [<http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/64-Consenso%20de%20Wash-MN.PDF>]. Disponibilidade 10/06/2015.

RIBEIRO, Maria; OLIVEIRA, Laercio (2006). O Brasil no contexto das relações econômicas internacionais: Realidades e perspectivas. **I Encontro de Estudos Tributários – ENET**, Londrina, 30 de agosto a 2 de setembro de 2006, publicado em [<http://www.clipconverter.cc/download/zL2s6aYg/>]. Disponibilidade:11/07/2015.

SANTOS, T. (2004). **Do Terror à Esperança: Auge e Declínio do Neoliberalismo**. Aparecida: Editora Ideias & Letras.

VALLE, Alejandro (2008). Regimenes de Bien-Estar: Relaciones entre el caso Asiático y la realidade latinoamericana. **Revista de Ciencias Sociales y Jurídicas**, 19 (3): 1-10, publicado em [<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/nomadas/19/alejandrohdelvalle.pdf>]. Disponibilidade: 11/07/2015.